

Governo misto: confronto inevitável?

A eventual implantação do regime parlamentar de governo misto será fator de instabilidade política, segundo receio de experientes senadores e deputados. Eles temem que a descaracterização do parlamentarismo dê ensejo a perigosos confrontos entre o presidente da República e o Congresso, com resultados desastrosos para as instituições.

Para observadores políticos, estamos prestes a incidir no mesmo erro de 1961 quando um arremedo de parlamentarismo foi votado, às pressas, pelo Congresso, apenas para atender às pressões dos ministros militares que não queriam que João Goulart assumisse a Presidência da República com todos os poderes inerentes ao posto. Agora, pretende-se fazer a mesma coisa para diminuir os poderes do presidente José Sarney em favor do PMDB.

O presidente da Frente Liberal, senador Marco Maciel, é um deles: "Basta lembrarmos a instabilidade de 1961 a 1964 e o desfecho conhecido. O regime híbrido tem ainda a desvantagem de não deixar bem definidas as responsabilidades de governo, pelo que a sociedade fica sem ter a quem fazer suas cobranças".

"Estou jogando mais no chamado presidencialismo mitigado. Porque o parlamentarismo híbrido desfigura esse regime, na medida em que ele se baseia em duas

ações recíprocas de neutralização do poder: o Parlamento pode dissolver o governo, pelo voto de desconfiança e o presidente pode dissolver o Parlamento. A proposta, aprovada, elimina a prerrogativa de o presidente dissolver o Parlamento. Com isso, acaba a característica pela qual se batem os parlamentaristas, que é a administração pacífica da crise política. Isso desaparece no projeto Fogaça. Ficou um bípode sem uma perna", no diagnóstico do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho.

Membro do primeiro gabinete parlamentarista, presidido por Tancredo Neves, em 1961, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) manifesta-se na mesma linha:

"Sou radicalmente contrário ao parlamentarismo misto. Ou se implanta o parlamentarismo puro ou se corre o risco de um final mais melancólico que o de 1963. Já se tornou habitual o recurso ao parlamentarismo toda a vez que há uma grande crise nacional e sempre de maneira deformada. Em minha opinião, a atual proposta da comissão temática pertinente é o caminho aberto para o confronto dentro de no máximo seis meses, entre o primeiro ministro e o presidente. Além do mais, ele prevê a existência de ministros de primeira classe e de segunda, uns sujeitos ao julgamento do Congresso e outros acima dessas mesquinhas terras..."

"Quando se transplanta uma instituição, um regime de um país para o outro, é natural que se façam adaptações às peculiaridades do meio e da cultura política da Nação que recebe", diz o senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA), que se proclama parlamentarista puro. Ele admite, porém, que "mesmo em relação ao parlamentarismo, há gama variada. Uns dão mais poder ao presidente. Outros, menos. O que é necessário é a manutenção de um núcleo, sem o que o regime estará inteiramente descaracterizado. É o relativo à possibilidade de o Parlamento ser dissolvido por iniciativa do presidente da República. Não pode haver parlamentarismo sem que os ministros não estejam sujeitos ao voto de desconfiança da Câmara". O político baiano até admite que "os ministros militares possam ficar isentos de voto de confiança pessoal, individual, mas não que se coloquem acima de todos os demais ministros, estes sujeitos permanentemente ao voto de confiança do parlamento".

Luiz Viana Filho acha necessário que "criemos sistemas que dêem maior estabilidade política ao governo, como acontece na Alemanha onde os mecanismos de desconfiança são de tal modo articulados que, raramente, acontece a queda de um gabinete".

"Ou estamos dispostos a implantar o regime parlamentarista ou

não. Não posso concordar é com uma farsa. Não se pode admitir regime parlamentar em que presidente da República é o chefe do governo. Se entrarmos por esse caminho, vamos ter um parlamentarismo descartável, que o presidente põe abaixo, com um plebiscito", conclui o político baiano.

"Quanto menor for a participação do presidente da República no governo, maior será o seu mandato. Como sou parlamentarista, diviso algum avanço no relatório Fogaça", diz o deputado Erico Pegoraro (PFL/RS) que até um dia desses pedia a urgente convocação de eleições diretas para escolha do sucessor do presidente José Sarney.

"Estamos com cem anos de República e muito poucos de democracia. Em 1962, tivemos a queda de três gabinetes, o de Tancredo Neves, Brochado da Rocha, Hermes Lima e o presidente ficou intocado. Somente caiu, após o plebiscito, por sinal patrocinado pelo Banco Nacional do Magalhães Pinto", lembra o senador Jamil Haddad (PSB/RJ).

O presidente do senado, Humberto Lucena, é dos que defendem o hibridismo: "Sou pelo presidencialismo Híbrido, mitigado, com reforço dos poderes do Congresso, a quem se deve dar competência para destituir ministros ou todo o gabinete, pelo voto de censura".